



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



OXY

COMPANHIA
HIPOTECÁRIA



Oxy Companhia Hipotecária S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO).....	13
NOTAS EXPLICATIVAS.....	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as),

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025.

No exercício de 2025, o resultado da Oxy foi de R\$ 10.615 mil, representando uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE) de 22,5%.

Esse resultado é decorrente, principalmente, do crescimento da carteira das operações de crédito que atingiu um saldo de R\$ 304.480 mil (2024 – R\$ 201.342 mil), representada pelas operações de crédito a pessoas físicas com garantia imobiliária e pelos financiamentos de construção de pessoas jurídicas. Há de se destacar também, os serviços de registro e custódia, que tiveram crescimento importante e o controle dos gastos incorridos com as despesas administrativas e de pessoal.

As captações em Letras de Crédito Imobiliárias – LCI, lastreadas pelas operações de crédito, atingiram um saldo de R\$ 247.893 mil (2024 – R\$ 148.962 mil), sendo uma das principais fontes de recursos utilizadas.

Em agosto de 2024, a CHP deu um importante passo em sua trajetória ao lançar oficialmente a marca Oxy. A partir desse momento, a Companhia Hipotecária Piratini passou a ser conhecida como Oxy Companhia Hipotecária S.A. Embora a mudança de nome marque um novo ciclo, nosso propósito permanece o mesmo: facilitar o acesso ao crédito no Brasil, utilizando nossa experiência de décadas no segmento.

A inovação é um pilar constante de nossa atuação, com a busca incessante por soluções que atendam de forma mais eficiente e moderna às necessidades do mercado.

A Oxy segue comprometida com ações sociais e, em 2025, voltou com o programa de desafios aos colaboradores incentivando a realização de atividades físicas que somam pontos e se converteram em cestas básicas que são doadas para entidades carentes.

Preocupada com a transparência e com o atendimento às melhores práticas de governança, a Oxy manteve seu canal de conduta ativo, permitindo que clientes, fornecedores e colaboradores reportem situações que não atendem aos nossos padrões éticos.

Classificada novamente como uma das melhores empresas para se trabalhar no programa *Great Place to Work* (“GPTW”) o reconhecimento se reflete com o ambiente colaborativo e o alto engajamento do nosso time, que segue motivado e comprometido em construir um futuro próspero para a companhia.

Em relação à estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos, continuamos a investir na qualificação de nossa equipe e no aprimoramento de nossos processos. Em 31 de dezembro de 2025, a Oxy permaneceu dentro dos limites de capital exigidos, com um índice de Basileia de 23%.

Agradecemos a confiança e o apoio contínuo dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e acionistas, que tornam possível a construção de uma companhia sólida, moderna e comprometida com o desenvolvimento do crédito imobiliário no Brasil.

Porto Alegre, 11 de março de 2026.

DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Oxy Companhia Hipotecária S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oxy Companhia Hipotecária S.A. (“Companhia” ou “OXY”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oxy Companhia Hipotecária S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações financeiras comparativas

Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Dez/2025
ATIVO		
Circulante		159.879
Disponibilidades	4	517
Instrumentos financeiros	-	149.685
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	86.837
Títulos e valores mobiliários	6	4.041
Operações de crédito	7	60.369
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.562)
Ativos fiscais correntes	8	2.062
Outros valores e bens	9	2.974
Outros créditos	10	4.641
Não circulante		237.458
Realizável a longo prazo	-	236.591
Instrumentos financeiros	-	236.490
Operações de crédito	7	242.626
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(6.136)
Outros valores e bens	9	101
Intangível	-	223
Imobilizado de uso	-	644
TOTAL ATIVO		397.337
PASSIVO		
Circulante		171.816
Instrumentos financeiros	-	67.911
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	11	67.911
Obrigações fiscais	12	4.706
Outras obrigações	-	99.199
Sociais e estatutárias	13	2.715
Outras obrigações c/ pessoal	-	576
Provisões com instrumentos financeiros		663
Diversas	14	95.245
Não circulante		178.256
Instrumentos financeiros	-	178.256
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	11	178.256
Patrimônio líquido	15	47.265
Capital social		37.500
Reservas de lucros		9.765
TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		397.337

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2º semestre</u>	<u>Dez/2025</u>
Receita da intermediação financeira		43.896	70.801
Receitas de operações de crédito	7	23.794	45.605
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.855	9.510
Receitas de títulos e valores mobiliários	6	386	825
Receitas de operações de venda ou transferência de ativos financeiros	7	14.861	14.861
Despesa da intermediação financeira		(28.497)	(41.147)
Despesas de captação	11	(9.766)	(18.866)
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	16	(18.731)	(22.281)
Resultado bruto da intermediação financeira		15.399	29.654
Reversão/(Provisão) p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(2.000)	(2.849)
Reversão/(Provisão) para outros créditos diversos	-	(5)	(84)
Resultado da intermediação financeira		13.394	26.721
Outras receitas/(despesas) operacionais		(4.961)	(9.522)
Receitas de prestação de serviços	17	17.498	34.059
Despesas administrativas	18	(14.833)	(28.068)
Despesas com pessoal	19	(5.777)	(11.314)
Despesas tributárias	-	(2.419)	(4.656)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	570	457
Resultado antes da tributação sobre o lucro		8.433	17.199
Imposto de renda e contribuição social		(2.166)	(6.584)
Imposto de renda e contribuição social	22	(2.166)	(6.584)
Resultado líquido		6.267	10.615
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		10.156.250	10.156.250
Resultado por ação - R\$		0,62	1,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dez/2025</u>
Resultado líquido	6.267	10.615
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	6.267	10.615

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e

exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária		
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2025	20.500	-	1.614	21.415	1.001	44.530
Aumento de capital		17.000		(17.000)		
Lucro líquido do semestre					6.267	6.267
Destinação do resultado:						
Reservas			314	3.422	(3.736)	
Distribuição de juros sobre o capital próprio					(3.532)	(3.532)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	20.500	17.000	1.928	7.837	-	47.265
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	20.500	-	1.937	17.284	-	39.181
Ajuste da adoção inicial da Resolução nº 4.966, líquido de impostos					1.001	1.001
Aumento de capital		17.000		(17.000)		
Lucro líquido do exercício					10.615	10.615
Destinação do resultado:						
Reservas			531	7.553	(8.084)	
Distribuição de juros sobre o capital próprio					(3.532)	(3.532)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	20.500	17.000	1.928	7.837	-	47.265

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>Dez/2025</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	8.433	17.199
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO	2.114	3.144
Depreciação e amortização	109	211
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.000	2.849
Provisão para outros créditos diversos	5	84
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO	10.547	20.343
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	10.872	4.306
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(312)	(544)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(75.954)	(101.366)
(Aumento)/redução em ativos fiscais correntes	(1.355)	(1.369)
(Aumento)/redução Outros valores e bens	(644)	(2.918)
(Aumento)/redução em outros créditos	225	9.050
Aumento/(redução) em recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	84.219	97.205
Aumento/(redução) em outras obrigações	7.119	10.366
Aumento/(redução) em obrigações fiscais	2.534	2.274
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.960)	(8.392)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	21.419	24.649
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Intangível	(130)	(134)
Imobilizado de uso	(64)	(173)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(194)	(307)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(3.071)	(5.364)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.071)	(5.364)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.154	18.978
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	69.200	68.376
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	87.354	87.354
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.154	18.978

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Oxy Companhia Hipotecária S.A. (“Oxy”), anteriormente nominada Companhia Hipotecária Piratini (CHP), é uma instituição financeira com sede na Av. Plínio Brasil Milano, 567, sala 1001, Porto Alegre – RS, autorizada a operar com financiamentos para aquisição, construção e reforma de imóveis e empréstimos com garantia imobiliária (*home equity*).

No segundo semestre de 2024, a empresa alterou sua razão social para Oxy Companhia Hipotecária S.A., substituindo o nome anterior, Companhia Hipotecária Piratini (CHP). Esta mudança reflete o reposicionamento da companhia no mercado, mantendo seu compromisso com a inovação e a missão de facilitar o acesso ao crédito no Brasil.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1.) Base da preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) homologados pelo Bacen, sendo eles:

- a) Pronunciamento conceitual básico (R1) “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021”;
- c) CPC 02 “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras”, regulamentada pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- e) CPC 04 “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- f) CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- g) CPC 06 “Arrendamentos”, homologado pela Resolução CMN nº 4.975/2021;
- h) CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- i) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- j) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologação pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- k) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- l) CPC 27 “Ativo imobilizado, homologado pelo BCB, através da Resolução CMN nº 4.535/2016;
- m) CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- n) CPC 41 “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- o) CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- p) CPC 47 “Receita de Contrato com Cliente”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; e
- q) CPC 48 “Instrumentos Financeiros”, considerando critérios contábeis específicos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

2.2) Apresentação das demonstrações financeiras

A Resolução BCB nº 2/2020 alterou a apresentação das demonstrações financeiras, criando novas nomenclaturas e grupamentos, dentre eles: instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

Nos termos do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 e do artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023, a apresentação de informações comparativas é dispensada referente aos períodos do ano de 2025.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3) Impactos estimados da aplicação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023

A partir de 1º de janeiro de 2025 iniciou a vigência das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, e suas alterações posteriores, que estabeleceram os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e os critérios de constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas resoluções substituíram, principalmente, a Resolução CMN nº 2.682/99, que definia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras e também as Circulares BCB 3.068/01 e 3.082/03, aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários.

Os critérios contábeis introduzidos por estas Resoluções foram aplicados de forma prospectiva a partir de sua vigência, e os efeitos dos ajustes decorrentes das mudanças metodológicas foram registrados, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Conta	Resolução nº. 2682/99	Provisão Resolução nº. 352/23				Diferença
	Provisão total	Perda incorrida	Adicional perda esperada	Perda esperada	Provisão total	
Operações de crédito	6.226	1.871	3.477	-	5.348	878
Créditos e a liberar			163	-	163	(163)
Total	6.226	1.871	3.640	-	5.511	715
Efeito tributário						286
(=) Efeito no PL						1.001

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 11 de março de 2026.

2.4) Alterações normativas com vigência futura – Reforma Tributária sobre o Consumo

Em razão das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pela Lei Complementar nº 214/2025, foi instituído um novo modelo de tributação sobre o consumo, que contempla a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e do Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), além do Imposto Seletivo (“IS”), com a substituição gradual dos tributos atualmente vigentes, conforme os prazos e condições previstos na legislação.

No âmbito da Reforma Tributária, a legislação estabelece regime específico aplicável às instituições financeiras e às operações de serviços financeiros, cujos critérios de incidência, apuração e cumprimento de obrigações acessórias serão definidos por normas complementares e regulamentação infralegal.

A Administração acompanha os desdobramentos normativos e operacionais relacionados à implementação do novo sistema, incluindo a regulamentação do regime específico aplicável aos serviços financeiros e sua aplicação às atividades desenvolvidas pela Companhia, bem como eventuais impactos em processos, sistemas e obrigações acessórias.

Considerando a fase de transição da Reforma Tributária, a pendência de regulamentação integral do regime específico aplicável às instituições financeiras e o contexto operacional na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia está monitorando atentamente eventuais impactos que serão avaliados e refletidos prospectivamente, à medida que as disposições legais e regulamentares se tornem plenamente aplicáveis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

São representadas por caixa em moeda nacional e saldo em conta corrente bancária.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é todo contrato que resulta no reconhecimento de um ativo financeiro para uma das partes e, simultaneamente, em um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para a outra parte, seja ela uma entidade ou pessoa física.

Os instrumentos financeiros da Oxy incluem, essencialmente, as aplicações interfinanceiras de liquidez, os títulos e valores mobiliários, as operações de créditos e os recursos de letras imobiliárias.

i) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como custo amortizado, com o objetivo de manter o recebimento ou pagamento do principal e juros sobre o valor do principal dos ativos e passivos financeiros nos respectivos fluxos de caixa contratuais previstos ou na data de eventual cessão dos créditos.

ii) Reconhecimento inicial e apropriação ao resultado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Oxy são reconhecidos inicialmente na data de sua aquisição, originação ou emissão pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, e acrescidos pela taxa efetiva de juros diferenciada, ou seja, no caso dos ativos financeiros, acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e no caso dos passivos financeiros, deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os custos de transações atribuíveis e valores recebidos na aquisição ou originação são apropriados no resultado do exercício no prazo remanescente da operação de acordo com a apropriação da receita dos respectivos instrumentos relacionados.

A receita dos ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos) é reconhecida pelo regime de caixa, voltando a ser reconhecida pela competência assim que esse ativo deixa de ser caracterizado como ativo problemático.

iii) Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos são baixados quando os fluxos de caixas expiram, ou quando for transferido e a transferência se qualificar para a baixa; ou quando não seja provável que se recupere o valor em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

d) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A Oxy adota a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas, conforme requerido para instituições do segmento S4. O modelo simplificado segrega a provisão entre ativos inadimplidos (com atraso superior a 90 dias e ativos problemáticos) e não inadimplidos, correspondendo à perda incorrida e à perda esperada, respectivamente.

A base de cálculo da provisão é o valor contábil bruto dos ativos financeiros, ajustado pelos acréscimos de custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzido dos valores recebidos na originação do instrumento.

Para a determinação dos níveis de provisão das perdas incorridas e das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a carteira ativa da Oxy se enquadra majoritariamente na categoria C1, que abrange créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis.

e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A classificação para fins de registro contábil das vendas ou transferências de ativos financeiros, deve obedecer às seguintes categorias, prevalecendo sempre ao item i) devido modelo de negócio praticado pela Companhia:

- i) operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, sendo o resultado positivo ou negativo apurado na negociação apropriado ao resultado do período de forma segregada;
- ii) operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- iii) operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

f) Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda

De acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 4.747/19 e alterações, os ativos não financeiros mantidos para venda devem atender as seguintes condições:

- i) ativo próprio que esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou
- ii) ativo que tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso (“bens não de uso”).

Os bens não de uso recebidos são mensurados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução.

g) Intangível

São registrados os sistemas de processamento de dados e sistemas de comunicação adquiridos pela Companhia. As amortizações foram calculadas pelo método linear com base na vida útil ou no prazo contratual.

h) Imobilizado

São representados por equipamentos de informática, móveis e equipamentos e instalações. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base na vida útil dos bens sendo aplicado os seguintes percentuais: equipamentos de informática 20% e outras imobilizações 10%.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são registrados em conformidade com a Resolução nº 3.823/09, do Bacen que estabelece:

Ativos contingentes – Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre os quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes – Provisionados quando classificados pelos assessores jurídicos como prováveis o risco de perda e saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; divulgados em nota explicativa quando classificados como perdas possíveis, e aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, estabeleceu os efeitos fiscais das perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia apura mensalmente as perdas incorridas e suas respectivas reversões, reconhecendo os efeitos fiscais de forma dinâmica, com base na variação líquida apurada em cada período. Em razão dessa sistemática, entendemos que não se caracteriza estoque de ativo fiscal diferido oriundo de perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da referida lei, inexistindo, portanto, montante sujeito aos critérios de realização parcelada previstos na legislação.

k) Outros instrumentos financeiros e outros ativos e passivos

São demonstrados ao valor de custo de aquisição e, quando aplicável, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

l) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento.

m) Uso de estimativas e julgamentos

O uso de estimativas e julgamentos são utilizados e revisados pela administração para determinar os valores de alguns ativos, passivos, despesas e receitas, tais como provisões e depreciação. A realização desses valores pode ser divergente do estimado.

n) Resultados abrangentes

São considerados resultados não recorrentes os resultados que:

- (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

Se referem aos saldos em conta corrente bancária.

	<u>Dez/2025</u>
Caixa	4
Bancos	305
Conta de Liquidação	<u>208</u>
Total	<u>517</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Se referem a operações compromissadas em títulos públicos com vencimento no dia seguinte e remuneradas a taxa média de 99,5% do CDI.

	<u>Quantidade</u>	<u>Dez/2025</u> <u>Saldo</u>
Lastro		
Letra Financeiro do Tesouro (LFT)	4.813	86.837

A receita de aplicações interfinanceira de liquidez atingiu R\$ 9.510.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Dez/2025</u>
Certificado de recebíveis imobiliários (a)	<u>4.041</u>
Total	<u>4.041</u>

- (a) Se refere a 2.988 quotas do CRI júnior, vencimento em janeiro de 2043, juros remuneratórios de 20% a.a. e atualização monetária pelo IPCA.

A receita de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 825.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a operações de financiamentos e empréstimos com garantia em imóveis que, em sua maioria, lastreiam as captações em Letras de Créditos Imobiliárias (LCI).

a) Resumo da carteira:

	<u>Dez/2025</u>
Empréstimos	251.505
Financiamentos	<u>52.975</u>
Total	<u>304.480</u>
Custos de Transação e Receitas Incluídos na TJEO (a)	<u>(1.485)</u>
Total	<u>302.995</u>
Circulante	60.369
Não circulante	<u>242.626</u>
Total	<u>302.995</u>

- (a) Taxa de Juros Efetiva da Operação.

b) Composição da carteira por faixa de vencimento:

	<u>Dez/2025</u>
Vencidos	1.167
A vencer até 03 meses	15.231
A vencer entre 03 e 12 meses	44.594
A vencer entre 01 e 3 anos	91.735
A vencer entre 03 e 05 anos	50.642
A vencer a partir de 05 anos	101.111
Total	304.480
Custos de Transação e Receitas Incluídos na TJEO - Circulante	(623)
Custos de Transação e Receitas Incluídos na TJEO - Não circulante	(862)
Total	302.995

c) Composição da carteira por faixas de atraso de acordo com o modelo simplificado de apuração da provisão para perdas:

Faixas de atraso	% provisão	<u>Dez/2025</u>	
		<u>Carteira</u>	<u>Provisão</u>
De 0 a 14 dias	1,40%	266.282	(3.728)
De 15 a 30 dias	3,50%	7.107	(249)
De 31 a 60 dias	4,50%	6.759	(304)
De 61 a 90 dias	5,00%	894	(45)
Menor que um mês	10,00%	7.742	(774)
Igual ou maior que 01 e menor que 02 meses	14,50%	1.499	(217)
Igual ou maior que 02 e menor que 03 meses	19,00%	-	-
Igual ou maior que 03 e menor que 04 meses	23,50%	618	(145)
Igual ou maior que 04 e menor que 05 meses	28,00%	127	(36)
Igual ou maior que 05 e menor que 06 meses	32,50%	120	(39)
Igual ou maior que 06 e menor que 07 meses	37,00%	454	(168)
Igual ou maior que 07 e menor que 08 meses	41,50%	240	(99)
Igual ou maior que 08 e menor que 09 meses	46,00%	-	-
Igual ou maior que 09 e menor que 10 meses	50,50%	-	-
Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	55,00%	529	(291)
Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	59,50%	-	-
Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	64,00%	-	-
Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	68,50%	145	(100)
Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	73,00%	-	-
Igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	77,50%	-	-
Igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	82,00%	632	(518)
Igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	86,50%	-	-
Igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	91,00%	-	-
Igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	95,50%	-	-
Igual ou maior que 20 e menor que 21 meses	100,00%	-	-
Igual ou maior que 21 meses	104,50%	-	-
Ativo problemático adimplente	10,00%	9.847	(985)
Subtotal		302.995	(7.698)
Créditos a liberar		41.371	(663)
Total		344.366	(8.361)

Os créditos a liberar referem-se a parcelas (tranches) de operações de crédito de financiamento a construção ainda não desembolsadas, cuja liberação depende da evolução física da obra e o cumprimento das condições contratuais estabelecidas.

d) Composição da provisão para perdas esperadas:

	<u>Dez/2025</u>
Exposição das operações de crédito e créditos a liberar (a)	345.851
Provisão para perdas incorrida	(1.483)
Provisão adicional de perda	(6.215)
Subtotal	(7.698)
Provisão sobre créditos a liberar (b)	(663)
Total	(8.361)

(a) Considera o saldo das operações de crédito do ativo circulante e não circulante, bem como o saldo dos créditos a liberar registrado em conta de compensação.

(b) Classificado no passivo circulante.

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	<u>Dez/2025</u>
SALDO INICIAL	(6.226)
Impacto da adoção inicial da Resolução nº. 4.966	715
Saldo inicial ajustado	(5.511)
Adições	(6.781)
Baixas	3.931
SALDO FINAL	(8.361)

No exercício de 2025, a Oxy concedeu R\$ 2.117 mil em financiamentos e créditos a pessoas físicas e jurídicas.

A Oxy realizou operações de cessões de crédito que totalizaram R\$ 1.956 mil, todas sem coobrigação, ou seja, com transferência dos riscos e benefícios, para instituições financeiras, Securitizadoras, Fundos de Direitos Creditórios e Fundos de Investimentos Imobiliários.

Companhia adquiriu direitos creditórios no montante de R\$ 18.032 oriundos de operações de crédito imobiliário representadas por Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), garantidas por alienação fiduciária de imóveis, por meio de contrato de cessão celebrado com fundo de investimento em direitos creditórios. A transferência dos direitos creditórios ocorreu em caráter definitivo, mediante pagamento do preço de cessão correspondente ao saldo devedor das operações na data da aquisição, passando a Companhia a deter a titularidade dos créditos, bem como todos os direitos, garantias e prerrogativas a eles associados.

No exercício de 2025, foi recuperado, mediante excussão da garantia, crédito lançado anteriormente a prejuízo no montante de R\$ 349 registrados em receitas de recuperação de ativos operações de crédito e bens não de uso. Não houve baixa de créditos para prejuízo no período.

Foram realizadas R\$ 17.672 renegociações e R\$ 8.683 reestruturações de dívidas com clientes no exercício de 2025.

A receita de operações de crédito atingiu R\$ 45.605 e a receita de operações de venda ou transferência de ativos financeiros atingiu R\$ 14.861.

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES

	<u>Dez/2025</u>
IR e CS a compensar	2.037
Impostos retidos a compensar	<u>25</u>
Total	<u>2.062</u>

9. OUTROS VALORES E BENS

Se referem a imóveis retomados, mediante a excussão da garantia de operações de créditos inadimplentes. Após a consolidação da propriedade, tais bens deixam de ser caracterizados como ativos financeiros e passam a ser registrados como bens não operacionais, mantidos temporariamente até sua alienação, conforme a estratégia de recuperação de crédito da Companhia.

	<u>Dez/2025</u>
Imóveis habitacionais	1.989
Outros imóveis	1.141
Provisão para desvalorização	<u>(55)</u>
Total	<u>3.075</u>

10. OUTROS CRÉDITOS

	<u>Dez/2025</u>
Devedores por cessões de crédito (*)	3.014
Devedores por serviços prestados	30
Outros créditos	<u>1.597</u>
Total	<u>4.641</u>

(*) Se refere a valores a receber das operações de cessão de crédito.

11. RECURSOS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS

Se refere a letras de crédito imobiliárias lastreadas por operações de crédito, com remuneração média de: 88,9% CDI; 6,4% ao ano, acrescida do IPCA.

	<u>Dez/2025</u>
A vencer até 03 meses	8.731
A vencer entre 03 meses e 12 meses	59.970
A vencer entre 01 ano e 02 anos	80.504
A vencer entre 02 anos e 03 anos	69.517
A vencer acima 03 anos	<u>29.171</u>
Total	<u>247.893</u>
Custos de transação na emissão das letras de crédito imobiliários	<u>(1.726)</u>
ToTal	<u>246.167</u>
Circulante	(67.911)
Custos de transação na emissão das letras de crédito imobiliários – Não circulante	<u>(178.256)</u>
Total	<u>246.167</u>

As despesas de captação totalizaram R\$ 18.866.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Dez/2025</u>
PIS e Cofins a recolher	265
IOF a recolher (*)	3.434
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	54
Impostos e contribuições sobre salários	805
Outros impostos	148
Total	<u>4.706</u>

(*) Se refere ao saldo de IOF a recolher sobre as operações de crédito.

13. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	<u>Dez/2025</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio (*)	-
Participações no resultado	2.715
Total	<u>2.715</u>

(*) Foi aprovada na reunião do conselho de administração de 23 de dezembro de 2025 a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.071, líquido de imposto de renda na fonte, pago na mesma data.

14. DIVERSAS

	<u>Dez/2025</u>
Recursos a liberar de operações de crédito e adiantamento de registro (*)	79.787
Fornecedores	13.721
Outros	1.737
Total	<u>95.245</u>

(*) Refere se aos recursos das operações de crédito que serão liberados quando do registro da garantia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é de R\$ 37.500, representado por 6.093.750 ações ordinárias nominativas e 4.062.500 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas.

Em 23 de dezembro de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento de capital mediante a incorporação das reservas de lucros no montante de R\$ 17.000, passando o capital social de R\$ 20.500 para R\$ 37.500, emitindo 2.656.250 ações, sendo 1.593.750 ações ordinárias e 1.062.500 ações preferenciais. O processo está em fase de aprovação pelo Banco Central.

b) Reservas

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, podendo deixar de ser constituída quando acrescida das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Na reunião do conselho de administração de 23 de dezembro de 2025 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2025 no montante de R\$ 3.071, líquido de imposto de renda na fonte, pago na mesma data.

16. DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES VINCULADAS À CESSÃO

Se refere a despesas decorrentes de operações de Compromisso de compra de operações de crédito firmado com partes relacionadas (vide Nota Explicativa nº 24).

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Se refere a receita de tarifas, serviços de cobrança extrajudicial de agente fiduciário, serviços de cobrança de créditos imobiliários e receita de registro e custódia.

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dez/2025</u>
Tarifas	15.136	29.787
Outros serviços (*)	2.362	4.272
Total	17.498	34.059

(*) Se refere a receitas de prestação de serviços de agente fiduciário, registro e custódia, além de outras receitas de menor monta.

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dez/2025</u>
Despesas com estrutura	226	449
Despesas com comunicação	367	622
Despesas com TI	814	1.429
Despesas com comissões	11.930	22.997
Assessoria técnica	491	934
Outras despesas (*)	1.005	1.637
Total	14.833	28.068

(*) Se refere a despesas de viagem, tarifas bancárias, despesas de depreciação e amortização, além de outras despesas administrativas de menor monta.

19. DESPESAS COM PESSOAL

Contemplam as despesas com salários, benefícios e encargos necessárias à manutenção da atividade da Companhia.

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Refere-se, basicamente, a atualização monetária calculada sobre as liberações das operações de crédito.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Oxy faz parte de 31 (trinta e um) processos cíveis no valor de R\$ 6.168, que segundo a avaliação de nossos advogados, são classificados como chances de perda possível.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2º semestre</u>	<u>Dez/2025</u>
Resultado antes do IR e CS	8.433	17.199
Juros sobre o capital próprio	(3.532)	(3.532)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	(296)	(296)
Adições e exclusões permanentes	(86)	(86)
Adições e exclusões temporárias	1.229	2.900
Base lucro real	5.748	16.185
IR e CS (40%)	(2.288)	(6.450)
IR e CS sobre ajuste Resoluções 4.966 e 352		(286)
PAT	122	152
Total de IR e CS	(2.166)	(6.584)

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dez/2025</u>
Remuneração	844	1.656
Encargos	210	430
Total	1.054	2.086

24. PARTES RELACIONADAS

	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receita (despesa)</u>
	<u>Dez/2025</u>	<u>Dez/2025</u>
Outros créditos (a)	1.816	-
Diversas (b)	(12.427)	-
Ressarcimento de despesas (c)	36	-
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão (d)	-	(22.281)
Receita de prestação de serviços	-	862
Despesas com comissões (b)	-	(21.821)

- (a) Se refere ao saldo das cessões de créditos a receber da Cashme Soluções Financeiras S.A. e Creditas Soluções Financeiras Ltda.
- (b) Se refere ao saldo e as despesas com comissões relativas as atividades de correspondente bancário da Cashme Soluções Financeiras S.A. e Creditas Soluções Financeiras Ltda.
- (c) Se refere ao ressarcimento de despesas da Companhia Promotora UCI, Cashme Soluções Financeiras S.A. e Creditas Soluções Financeiras Ltda.
- (d) Se refere a despesas relativas a operações de compromisso de compra de operações de crédito com a Creditas Soluções Financeiras Ltda.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de riscos da OXY está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e a gestão de riscos é centralizada no Conglomerado Prudencial da OXY Companhia Hipotecária S.A., instituição líder, e inclui a Oxy Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A estrutura de Gestão Integrada de Riscos visa identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar as exposições a riscos dessas instituições e estabelece a realização de avaliações periódicas sobre os processos e controles internos, garantindo que as respostas aos riscos sejam proporcionais e adequadas à sua efetiva mitigação.

Os principais riscos inerentes ao negócio da companhia são:

- Risco de crédito: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros. No monitoramento, a Oxy se utiliza de técnicas e controles de acompanhamento das perdas, índice de inadimplência, performance da cobrança, e teste de estresse de inadimplência, entre outros instrumentos para o monitoramento do risco de crédito e tomada de decisões para mitigar o risco de perda.
- Risco de mercado da carteira de negociação: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição através de variação das taxas de juros e dos preços de ações, variação cambial e dos preços de mercadorias;
- Risco de variação da carteira de não negociação: risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira dos instrumentos que a Companhia vai manter até a liquidação;
- Risco operacional: a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas;
- Risco de liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Para fins de gestão e monitoramento, a Oxy utiliza o fluxo de caixa realizado, projetado, análise do orçado *versus* realizado e teste de estresse para monitoramento da liquidez, análise das estratégias de liquidez e cenários adversos.

Tendo como operação principal a concessão de crédito imobiliário de longo prazo, o monitoramento do descasamento de prazos se faz necessário para o controle da liquidez. Captações de letras de crédito imobiliários (LCI) mediante distribuidoras credenciadas e de renome, cessão das operações de crédito e constituição de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) são utilizados para suprir eventual necessidade de caixa.

- Risco social, ambiental e climático
- Riscos social: a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;

- Risco ambiental: a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e
- Risco Climático
 - i. Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
 - ii. Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de Capital: A estrutura para gerenciamento de capital da Instituição está definida com base na Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência, índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital considerando as projeções e métricas orçamentárias dos próximos 03 (três) anos e testes de estresse, com 03 (três) cenários para premissas adversas.

A Companhia tem cumprido com os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

Limite operacional (Basileia): As Resoluções CMN nºs 4.955/21 e 4.958/21 estabeleceram os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência (“PR”), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal, os quais apresentamos considerando o conglomerado prudencial da OXY Companhia Hipotecária S.A., empresa líder, e OXY Distribuidora de Valores Mobiliários S.A.

	<u>Dez/2025</u>
Patrimônio de referência (níveis I e II)	47.043
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	152.025
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	<u>50.449</u>
Índice de Basileia	<u>23,2%</u>

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 e dezembro de 2025.

No que se refere à Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pela Lei Complementar nº 214/2025, a Administração avaliou os desdobramentos normativos ocorridos até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, incluindo aspectos relacionados ao regime específico aplicável às instituições financeiras. Até essa data, não foram identificados fatos ou regulamentações adicionais que alterassem as conclusões previamente divulgadas nas notas explicativas, tampouco impactos que demandassem ajustes ou divulgações adicionais.

* * *